

## **A VIRTUDE E O VÍCIO COMO FATORES CONCORRENTES DO INTERESSE PÚBLICO**

VIRTUE AND VICE AS COMPETING FACTORS IN PUBLIC INTEREST

*Garcia Matondo Vita Bige<sup>1</sup>*

### **Resumo:**

Este artigo aborda a questão da "virtude e o vício como fatores concorrentes do interesse público" e fundamenta-se na "Fábula das abelhas ou Vícios privados, benefícios públicos" de Mandeville, analisando as complexidades das relações sociais e a origem das sociedades a partir das necessidades individuais. Pensadores como Platão, Aristóteles, Hume, Smith, Dumont, Rawls e Manzoni foram explorados, revelando a predominância das necessidades materiais sobre as relações sociais na sociedade contemporânea, enfatizando a importância da educação e do altruísmo para o bem comum. A metodologia incluiu a leitura atenta das obras mencionadas, buscando compreender a competição entre virtude e vício no interesse público. O objetivo foi analisar essa dinâmica na sociedade atual, considerando diferentes perspectivas filosóficas e desafios éticos. O problema central abordou a relação entre homem, bens materiais e relações pessoais, evidenciando a mudança de paradigma entre antigos e modernos. Mandeville parece definir a virtude como ação que beneficia a sociedade indiretamente através de vícios privados, sendo o ponto intrigante de seu pensamento, destacando a complexidade moral das interações sociais e o preço da justiça que consiste na constante busca pela igualdade social.

**Palavras-chave:** virtude, vício, interesse público, moralidade, justiça social.

### **Abstract:**

This article addresses the issue of "virtue and vice as competing factors in public interest" and is grounded in Mandeville's "The Fable of the Bees or Private Vices, Public Benefits," analyzing the complexities of social relations and the origins of societies based on individual needs. Thinkers such as Plato, Aristotle, Hume, Smith, Dumont, Rawls, and Manzoni were explored, revealing the predominance of material needs over social relations in contemporary society, emphasizing the importance of education and altruism for the common good. The methodology included careful reading of the mentioned works, aiming to understand the competition between virtue and vice in public interest. The objective was to analyze this dynamic in current society, considering different philosophical perspectives and ethical challenges. The central issue addressed the relationship between individuals, material goods, and personal relations, highlighting the paradigm shift between ancient and modern times. Mandeville seems to define virtue as action that indirectly benefits society through private vices, being the intriguing point of his thought, emphasizing the moral complexity of social interactions and the price of justice that consists of the constant pursuit of social equality.

**Keywords:** virtue, vice, public interest, morality, social justice.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Filosofia Política, no Departamento de Filosofia da Universidade Federal de São Carlos - SP/ Brasil. Possui mestrado em Filosofia Política e especialização em Teorias da Justiça pelo Instituto de Letras, Artes e Ciências Humanas da Universidade do Minho Braga -Portugal (2022). Também é especializado em Diplomacia, Políticas Públicas e Cooperação Internacional pela UNINTER - Brasil. É, igualmente, mestrando em Direito Civil, na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto - Angola. Docente do Instituto Superior de Ciências de Educação - ISCED do Uíge/Angola, desde 2013. E-mail: [matondobige1@hotmail.com](mailto:matondobige1@hotmail.com), Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-4705-5567>

## Introdução

Este artigo aborda a questão da "virtude e vício como fatores concorrentes do interesse público" e fundamenta-se na "Fábula das abelhas ou Vícios privados, benefícios públicos" de Mandeville, analisando as complexidades das relações sociais e a origem das sociedades a partir das necessidades individuais. Para compreender essa obra complexa, exploramos as contribuições de diversos autores, como Hume, Smith, Dumont, Rawls, Manzoni, partindo de filósofos antigos como Platão e Aristóteles, sobre os fundamentos das origens da sociedade conforme mencionado no corpo do texto.

Ao analisar as ideias desses pensadores, percebemos que as sociedades emergem das necessidades fundamentais e das circunstâncias individuais de cada pessoa. Essa interdependência na busca pela satisfação reflete a complexidade das relações sociais, mas também pode gerar conflitos quando há uma busca desenfreada por mais, como observado por Platão e Aristóteles em suas reflexões sobre a justiça e a equidade.

Na sociedade contemporânea, essa complexidade se torna ainda mais evidente, com as necessidades materiais frequentemente sobrepondo-se às relações sociais. No entanto, o altruísmo é destacado como crucial por pensadores como MacIntyre, e autores como Mandeville e Dumont enfatizam a influência das necessidades materiais e dos padrões éticos na esfera econômica. A educação também é vista como um pilar fundamental para moldar indivíduos capazes de contribuir para o bem comum, mesmo diante das contradições entre virtude e vício.

Além disso, apontamos a relevância de aprender a conviver na diversidade e aproveitar as diferenças como uma fonte de potencial e riqueza para o benefício coletivo, através da colaboração e do esforço recíproco, como advogado por Rawls. Reconhecemos que os tempos mudam, mas as expressões, independentemente do idioma, preservam sua autenticidade, como sustentado por Hume (1999, p. 334). A palavra "virtude", universal em todas as línguas, implica aprovação, ao passo que "vício" implica crítica. Seria inadequado associar a ideia de crítica a um termo geralmente entendido de forma positiva, ou evocar a ideia de elogio quando a linguagem demanda a de reprovação.

Nossa metodologia incluiu a leitura atenta da obra de Mandeville e seus comentadores. Partimos da análise de filósofos antigos como Platão e Aristóteles como contraponto à oposição aparentemente contraditória (virtude/vício) e à defesa de "vícios privados e benefícios públicos de Mandeville". Através desses autores, investigamos a origem da sociedade que carece sempre de complementaridade para se completar, dada a impossibilidade de uma sociedade produzir tudo o que necessita, o que pode levar à troca de produtos entre sociedades vizinhas (cooperação interna e/ou internacional). Percebemos a relevância do debate levantado por Mandeville e sua aplicação nos contextos contemporâneos de convivência e interação social.

O objetivo e principal problema dessa análise foi compreender como virtude e vício atuam como fatores concorrentes na dinâmica do interesse público, levando em consideração as diferentes perspectivas filosóficas e os desafios éticos presentes na sociedade contemporânea. Observamos como a relação entre o homem e os bens materiais, a riqueza, se sobrepõe atualmente às relações pessoais, denotando uma mudança significativa de paradigma entre antigos e modernos.

## Primórdios da sociedade Como as sociedades foram constituídas?

Se viajarmos até a Grécia antiga, perceberemos que as necessidades foram fundamentais para a origem das sociedades. Desde o nascimento, cada pessoa traz consigo características especiais que a tornam única. Como ressalta o renomado filósofo político John Rawls (2017), o destino de cada indivíduo é influenciado pela sua boa sorte, pelas circunstâncias e o lugar em que nasce. Assim, a sociedade não surge num vácuo, mas é moldada pelas condições individuais de cada pessoa. Tudo dependerá da boa ou má sorte com que cada um terá ao nascer, das circunstâncias, do lugar onde nascer, e das instituições que tratam de regular e tornar possível a consecução do bem-estar e social aos indivíduos, considerando alimentação, habitação, vestuário, educação, saúde e outros, como direitos básicos que um estado deve garantir aos cidadãos, sendo "a justiça a primeira virtude das instituições sociais, tal como a verdade o é para os sistemas de pensamento" (Rawls, 2017, p. 27).

Essa noção pressupõe que cada indivíduo é intrinsecamente interdependente dos outros para alcançar sua completude e realização. Ninguém é verdadeiramente completo sem a presença e colaboração dos outros. Como sublinha Kuiper (2019, p. 19):

As pessoas iniciam relacionamentos porque precisam de apoio, colaboração, proteção, orientação, favor, amor e confiança de outras pessoas. As pessoas não precisam ser iguais ou inserir-se em um sistema para formar uma sociedade em interdependência mútua. Na verdade, há algo em jogo. Se a interdependência não der certo, a rede de relacionamentos (*que denominamos 'sociedade'*) desintegra.

Essa interdependência implica uma reciprocidade de esforços em diferentes níveis sociais, onde todos podem ser tanto governantes quanto governados, dominados ou dominantes, papéis que são limitados e temporais, abertos a qualquer membro da sociedade.

Platão, em "A República", explora as origens da sociedade ao afirmar que uma cidade surge da necessidade de cada indivíduo de satisfazer suas múltiplas carências, formando uma comunidade de auxílio mútuo. Ele enfatiza: "uma cidade tem a sua origem, segundo creio, no facto de cada um de nós não ser autossuficiente, mas sim necessitado de muita coisa (...). Serão, ao que parece, as nossas necessidades que hão-de fundar a sociedade" (Platão, 1949, p. 72).

Essas necessidades básicas e a busca pela satisfação dos interesses pessoais são cruciais na formação de grupos sociais que evoluíram para as complexas sociedades modernas. Platão destaca que há uma hierarquia de necessidades, como a obtenção de alimentos, habitação e vestuário entre as mais primordiais. Ele afirma: "Mas por certo que a primeira e a maior de todas as necessidades são a obtenção de alimentos, em ordem a existirmos e a vivermos" (Platão, 1949, p. 73).

A satisfação dessas necessidades requer trabalho. Platão enfatiza a importância de cada pessoa desempenhar uma única tarefa de acordo com suas habilidades e circunstâncias, a fim de alcançar um resultado mais eficaz e harmonioso para a sociedade como um todo. Ele destaca: "o resultado é mais rico,

<sup>2</sup> Todas as expressões em itálico que constam nas citações são de minha inteira responsabilidade.

mais belo e mais fácil, quando cada pessoa fizer uma só coisa, de acordo com sua natureza e na ocasião própria, deixando em paz as outras" (Platão, 1949, p. 74).

Nesse sentido, um exemplo ilustrativo é o do cão com um osso, que, ao ver sua própria imagem refletida na água, tenta obter um osso maior e acaba perdendo ambos. Isso sugere que buscar fazer tudo pode levar à perda de tudo. Assim, a especialização e a cooperação são essenciais para o progresso e a sobrevivência de uma sociedade.

### **Uma sociedade se basta a si mesma?**

A pergunta sobre se uma sociedade pode se bastar a si mesma abre uma janela para uma reflexão complexa sobre a interdependência humana e a natureza intrínseca da vida em comunidade. Como observou Platão em 'A República', é praticamente impossível estabelecer uma cidade ou sociedade que não precise importar nada. Ele ressalta que uma sociedade, por mais completa que seja em sua composição interna, inevitavelmente requer interações externas para suprir suas necessidades. Isso se traduz na troca de bens e serviços entre diferentes comunidades, como expresso por Platão (1949, p. 75, 371a): Uma comunidade ou sociedade "precisará de outras pessoas, ainda, que lhe tragam de outra cidade aquilo de que carece", por meio da compra e venda, entre sociedades. Essa dinâmica econômica evidencia a impossibilidade de uma autossuficiência total.

Aristóteles, em sua obra essencial, amplia essa discussão ao enfatizar a natureza social inerente ao ser humano. Ele argumenta que a cidade é uma construção natural, uma extensão da própria essência humana, e que o homem, por sua natureza, é um 'animal político'. A ausência de participação em uma comunidade o coloca em uma posição que oscila entre ser considerado desprezível ou divino, como expresso em suas palavras: "um indivíduo que, por sua natureza, não estivesse inserido em nenhuma comunidade seria considerado ou desprezível ou divino, oscilando entre a condição de besta ou deus" (Aristóteles, 1997, p. 15, 1253 a). Essa visão antiquíssima ressoa ainda nos dias de hoje, enfatizando a importância fundamental da vida em sociedade para o pleno desenvolvimento humano.

Aristóteles continua seu argumento ao apontar que a capacidade distintiva do homem reside na linguagem, um instrumento que vai além da mera comunicação. A linguagem tem o propósito de discernir entre o que é conveniente e o que é nocivo, identificando o justo e o injusto, e assim delineando um terreno moral para a humanidade (Aristóteles, 1997, p. 15, 1253 a). Essa capacidade moral é crucial para a formação das instituições sociais, como a família e a cidade, que são essenciais para o convívio humano e para o florescimento das virtudes éticas.

Além disso, a troca de bens e serviços através do mecanismo de compra e venda desempenha um papel vital na interação entre as sociedades. A compra e venda não apenas satisfazem necessidades materiais, mas também promovem a cooperação e a interconexão entre diferentes grupos sociais (cooperação internacional). Essa interdependência econômica reforça os laços entre as comunidades e incentiva a especialização e a eficiência na produção, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social global.

Portanto, segundo a ótica aristotélica, a sociedade não é apenas um conjunto de indivíduos, mas uma extensão da própria natureza humana. Ela não só atende às necessidades materiais, mas também proporciona um ambiente propício para o desenvolvimento das virtudes morais e éticas que definem a humanidade. Assim, a

sociedade não só se satisfaz por si só, mas é crucial para o pleno florescimento do ser humano.

No entanto, é crucial reconhecer que as necessidades humanas podem levar a uma busca incessante por mais, ultrapassando limites éticos e territoriais. Como Platão (1949, p. 80) aponta em 'A República':

Não teremos de ir tirar à terra dos nossos vizinhos, se queremos ter o suficiente para as pastagens e lavoura, e aqueles, por sua vez, não terão de tirar à nossa, se também eles se abandonarem ao desejo da posse ilimitada de riquezas, ultrapassando a fronteira do necessário?

A busca desenfreada por riquezas e expansão territorial pode resultar em conflitos entre as sociedades, onde as fronteiras são desrespeitadas e as guerras eclodem. "Se a guerra faz qualquer bem ou mal, mas somente isto, descobrimos a origem da guerra, de onde derivam sobretudo as desgraças particulares e públicas para as cidades, cada vez que ela se origina" (Platão, 1949, p. 80). A história contemporânea fornece exemplos disso, como os conflitos entre a Rússia e a Ucrânia, onde a busca por grandeza territorial desencadeou conflitos violentos.

Aristóteles também enfatiza que a justiça é a base da sociedade, garantindo a ordem e a harmonia na comunidade social (Aristóteles, 1997, p. 16, 1253 a). Sem ela, a sociedade fica vulnerável ao caos e à desordem, tornando-se um terreno fértil para conflitos e injustiças. Portanto, é evidente que, embora a sociedade seja essencial para o ser humano, seu funcionamento adequado depende do respeito aos limites éticos e da aplicação justa das leis.

Aristóteles, em sua obra 'Ética a Nicômaco', enfatiza que quando o homem se afasta da lei e da justiça, torna-se o pior de todos os animais. A injustiça, especialmente quando armada, é mais pernicioso, transformando o homem em um ser impiedoso e selvagem. Isso destaca a importância da moralidade e da ética na sociedade, pois o mau uso da razão pode levar a conflitos e guerras devastadoras. Assim, é a falta de equilíbrio moral que pode desencadear conflitos, reforçando a necessidade de respeitar os princípios fundamentais da justiça e da ética para a manutenção da harmonia social.

## Justiça e injustiça

A constante busca pelo equilíbrio entre o bem e o mal é um fenômeno inescapável e competitivo em qualquer sociedade, refletindo a complexidade dos valores humanos. Em meio a essa dualidade, os indivíduos de uma comunidade enfrentam o desafio de harmonizar suas ações para evitar excessos que possam gerar malefícios. Esse esforço contínuo pela moderação é fundamental, pois os extremos tendem a carregar consigo consequências prejudiciais.

A definição de justiça e injustiça muitas vezes emerge das ações do cotidiano, refletindo a interação entre indivíduos e grupos sociais. Segundo Aristóteles, a justiça pode ser entendida como a disposição do caráter que leva os homens a agir de forma justa, buscando o que é correto para si e para os outros. Por outro lado, a injustiça é o resultado de ações motivadas pelo benefício próprio, às custas do prejuízo alheio (Aristóteles, 2018, p. 117, 1129a3).

Nesse sentido, Kelsen, um pensador moderno, ao discutir o problema da justiça, observa que "do ponto de vista do conhecimento racional existem somente interesses humanos e, portanto, conflitos de interesses". *Para solucioná-los, existem apenas dois caminhos: "ou satisfazer um dos interesses à custa do outro, ou*

promover um compromisso entre ambos" (Kelsen, 2001, p. 23), destacando a necessidade de cooperação social entre os indivíduos como uma continuação da reflexão sobre a justiça desde os tempos antigos.

Aristóteles enfatiza que, muitas vezes, podemos compreender melhor uma realidade observando seu oposto. Por exemplo, a boa forma do corpo se manifesta em contraste com sua má forma. Da mesma forma, a justiça é revelada em contraposição à injustiça, permitindo-nos discernir entre ações corretas e incorretas (Aristóteles, 2018, p. 118).

No contexto das leis e da governança, a justiça se estende para além das relações individuais, visando o bem comum e a felicidade de toda a comunidade. Aristóteles afirma que "a justiça concentra em si todas as excelências, sendo a mais completa delas. Quem a possui tem o poder de utilizá-la não apenas para si, mas também em benefício dos outros". É uma qualidade imperativa no uso dos cargos públicos, uma condição *sine qua non*, uma vez que o "cargo público revela aquilo de que um homem é capaz. Porque no desempenho da sua função já se está em relação com outrem e em comunidade" (Aristóteles, 2018, p. 120).

Como argumenta Hume (1999, p. 11), a utilidade é a capacidade de servir a um fim bom, e a justiça, baseada no respeito à propriedade e ao bem público, é essencial para o bem-estar social. Dois fatores condicionam a justiça: a distinção da propriedade e o apreço pelo bem público. A justiça surge quando essas condições são cumpridas, expressando-se no direito e na benevolência. A forma institucionalizada da justiça é o direito, e sua forma mais natural encontra-se na benevolência.

Além disso, Aristóteles argumenta que a justiça é caracterizada pela igualdade e pelo equilíbrio, situando-se entre os extremos do excesso e da carência, buscando a equidade entre as partes envolvidas. A igualdade pressupõe no mínimo dois termos, tornando necessário que a justiça seja um meio que busca equilíbrio em relação a algo e a alguém. A justiça implica, portanto, no mínimo, quatro termos: duas pessoas, para quem é justo que algo aconteça, e duas coisas como partes compartilhadas (Aristóteles, 2018, p. 123, 1131a10).

Por isso, como afirma Hume, impera-se um certo equilíbrio por parte de quem deseja manter ou conquistar a admiração do público na gestão da coisa pública. Ou seja, é importante evitar os extremos da arrogância e do servilismo. Deve-se atribuir valor a si mesmo sem mostrar desprezo pelos outros. Se cair em algum desses extremos, corre-se o risco de provocar o orgulho dos outros com insolência ou ensiná-los a desprezar-nos com humildade excessiva e uma baixa opinião de nós mesmos (Hume, 1999, p. 176).

Os princípios da justiça, indiscutivelmente, ecoam ao longo da história, destacando sua importância na vida em sociedade. No entanto, é crucial compreender que a justiça e a injustiça são conceitos dinâmicos, moldados pelo contexto social, cultural e político. Sem buscar continuamente o equilíbrio entre esses princípios, corremos o risco de cair na injustiça, prejudicando a harmonia social e o bem-estar coletivo. Assim, a reflexão constante sobre a natureza da justiça e o esforço persistente para alcançá-la são essenciais para uma sociedade verdadeiramente justa e equitativa. Aristóteles e outros filósofos antigos sustentam que a virtude está intrinsecamente ligada à justiça, enquanto o vício está associado à injustiça. Uma pessoa virtuosa age de maneira ética e moralmente correta em suas interações sociais, visando o bem comum. Essa ligação entre virtude e justiça é crucial na ética e na filosofia política, moldando nossa compreensão da natureza humana e da organização social até os dias atuais.

## **A sociedade contemporânea como sociedade complexa**

### **Hierarquia das relações humanas: primazia das necessidades materiais sobre as relações sociais**

De acordo com MacIntyre (2021), nos séculos XVII e XVIII, houve uma mudança significativa na compreensão da moralidade. Nesse período, passou-se a encarar a moral como uma resposta aos desafios apresentados pelo egoísmo humano, sendo que o altruísmo se tornou o cerne do conteúdo moral. Isso ocorreu à medida que os indivíduos passaram a ser vistos, em certa medida perigosa, como naturalmente egoístas.

Essa mudança de paradigma gerou uma dualidade intrigante: por um lado, o altruísmo foi reconhecido como socialmente necessário (2021, p. 332), mas, por outro lado, sua realização plena parecia quase impossível (2021, p. 333). Essa complexidade de perspectivas desafia uma explicação simples e direta, levando-nos a questionar profundamente a natureza humana e as bases da conduta moral.

A sociedade contemporânea, como uma estrutura complexa, reflete diretamente a premissa de Bernard Mandeville sobre a primazia das necessidades materiais na formação e sustentação das relações humanas. Ao examinarmos a origem da sociedade, como fez Mandeville, percebemos que a busca pela satisfação dessas necessidades é o principal impulsionador da vida em comunidade. Como afirma Dumont (1988, p. 101), Mandeville descobriu que a satisfação das necessidades materiais é a razão primordial pela qual os homens vivem em sociedade. Essa noção desempenha um papel crucial na ideologia moderna: "as relações entre homens e coisas - as necessidades materiais - são primárias; as relações entre homens - a sociedade - são secundárias".

Ao aplicarmos essa visão à sociedade contemporânea, percebemos como as interações sociais, políticas e econômicas são influenciadas pelas necessidades materiais dos indivíduos e grupos. Por exemplo, a globalização econômica é impulsionada pela busca por recursos naturais, mercados consumidores e mão de obra acessível, evidenciando como as necessidades materiais continuam a desempenhar um papel central na configuração das relações entre os diferentes atores sociais.

Assim, ao considerarmos a teoria de Mandeville, compreendemos que a sociedade contemporânea é, de fato, uma sociedade complexa, onde as necessidades materiais desempenham um papel fundamental na dinâmica e na estruturação das relações sociais. Esta análise nos leva a refletir sobre a importância de compreendermos o entrelaçamento entre as necessidades materiais e as relações sociais para uma compreensão mais profunda da sociedade em que vivemos.

Ao explorar a teoria de Mandeville, é intrigante notar como ele atribui um papel central às necessidades materiais na configuração das sociedades, ao isolar a esfera econômica da moral. Ele sugere que, ao investigar profundamente as origens da sociedade humana, encontramos que a busca pela satisfação dessas necessidades (materiais) é o principal motivador por trás da vida em comunidade. Por exemplo, ao longo da história, observamos que a formação de sociedades muitas vezes está ligada à necessidade de cooperação para garantir a produção e o fornecimento de alimentos, abrigo e proteção contra ameaças externas. Civilizações

antigas, como os egípcios e os mesopotâmios, surgiram em torno de rios férteis, onde a agricultura prosperava, evidenciando como a garantia das necessidades materiais básicas impulsionou a formação de estruturas sociais complexas. Como afirma Mandeville (2017, p. 380):

[...], ao nos dedicarmos a suprir a infinita variedade de nossas necessidades, que sempre se multiplicarão à medida que nosso conhecimento se amplia, nossos desejos aumentam. A fome, a sede e a nudez são os primeiros tiranos que nos forçam a nos movermos; depois, nosso orgulho, a preguiça, a sensualidade e a inconstância são os grandes patronos que promovem todas as artes e ciências, o comércio, os ofícios e as profissões; ao passo que os grandes capatazes, a necessidade, a avareza, a inveja e a ambição, cada uma numa classe correspondente, mantêm todos os membros da sociedade submissos, a maioria deles alegremente, ao trabalho penoso de sua condição, inclusive reis e príncipes.

Essa perspectiva destaca a importância vital dos elementos tangíveis da existência humana, como comida, abrigo e segurança, que não apenas sustentam a vida individual, mas também atuam como forças coesivas que unem membros de uma sociedade em um sistema de interdependência. Por exemplo, nas comunidades rurais, podemos observar como os membros se unem para ajudar uns aos outros durante épocas de colheita ou em situações de emergência, demonstrando como as necessidades materiais comuns fortalecem os laços sociais e promovem a cooperação mútua.

Nesta perspectiva, Dumont (2000, p. 102), ao analisar as ideias de Mandeville, destaca três elementos cruciais que fundamentam a origem e o progresso contínuo da sociedade humana. Estes incluem “a necessidade de associação forçada dos homens para se protegerem contra animais selvagens, a formação de associações para protegerem-se uns dos outros e a invenção da escrita, que desempenha um papel fundamental no estabelecimento das leis”. Mandeville atribui a esse processo de desenvolvimento à melhoria gradual, resultado do trabalho conjunto de várias épocas e gerações. Este insight de Dumont encontra eco na afirmação de Mandeville (2017, p. 356-357) segundo a qual, todos os elementos da natureza são inimigos do homem: a água afoga, o fogo consome, o vento e o clima trazem males incontáveis. Insetos nos perseguem sem piedade, pisando em nós como gado. Mesmo usando a natureza com cuidado, não há garantia de escapar dos males que nos cercam, transformando até mesmo as bênçãos em males.

### **Interseção entre economia e moralidade: mal moral e mal natural**

Observando as contribuições de Dumont, percebemos que Mandeville ampliou conscientemente sua tese no poema<sup>3</sup>, argumentando que o ‘mal é fundamental não apenas para a prosperidade social, mas também para a própria existência da sociedade’. Isso é evidenciado quando afirma: “a sociabilidade do

<sup>3</sup> O poema de Mandeville, intitulado “The Fable of the Bees” ou “A Fábula das Abelhas”, publicado em 1714, é uma obra satírica que descreve uma colmeia de abelhas como uma sociedade onde o vício, a corrupção e a busca pelo interesse próprio são os principais motores de comportamento. Ele retrata as abelhas como seres que, embora possam parecer trabalhar para o bem comum, na verdade são motivadas pelo desejo de luxo e prazeres. O poema critica a hipocrisia e a moralidade convencional, sugerindo que a busca pelo próprio interesse pode levar ao benefício coletivo, em uma visão que desafia conceitos tradicionais de virtude e moralidade.

homem surge de duas coisas, a multiplicidade de seus desejos e a oposição contínua com que se depara para satisfazê-los" (Mandeville, 2017, p. 356). Em outras palavras, 'o mal moral' (representado pelas imperfeições humanas, paixões e necessidades) e o 'mal natural' (os obstáculos apresentados por uma natureza intratável) desempenham um papel crucial. De um lado, o homem é impulsionado à sociabilidade pelas características geralmente consideradas negativas, seja sob uma perspectiva moral estrita, como os vícios, seja, de forma mais ampla, como as necessidades, vistas como imperfeições e fonte de desconforto. Por outro lado, o homem é compelido à sociedade pelas pressões do mundo exterior, que apresenta uma série de obstáculos, conforme descrito por Mandeville como a "questão da preservação de si mesmo" (Dumont, 2000, p. 101).

O que afirmamos acima é, em geral, o que permeia nosso cotidiano atual, onde muitas vezes o ativismo social se impõe às custas da estabilidade econômica pessoal, familiar e/ou social. Todavia, isso implica que o econômico tenha se alienado da moralidade, conforme parece defender Mandeville. Neste sentido, concordamos com Dumont ao afirmar que "para a afirmação independente da dimensão econômica era necessária sua emancipação do político, desde que se considere como ponto de partida que ela está embutida no político" (Dumont, 2000, p. 95-96). Ou seja,

Há certamente uma emancipação em relação ao curso geral e comum da moralidade, mas ela é acompanhada da noção de que a ação econômica é, por si mesma, orientada para o bem, que ela possui um caráter moral que lhe é especial, e em virtude deste caráter especial lhe é permitido escapar da forma geral de julgamento moral. [...], o econômico só se escaparia dos entraves da moralidade, assumindo um caráter normativo próprio.

Embora haja uma liberdade em relação aos padrões convencionais de moralidade na esfera econômica, essa liberdade não implica um completo abandono dos princípios éticos. Ao contrário, sugere-se que a atividade econômica, por sua própria natureza, tende a ser orientada para o bem e possui um caráter moral distintivo. Isso significa que os critérios morais aplicados em outras esferas da vida não podem ser simplesmente transferidos para a economia. No entanto, isso não exclui a responsabilidade moral da economia. Pelo contrário, implica que a economia deve desenvolver seus próprios padrões éticos para orientar suas práticas e decisões. Assim, o caráter moral próprio da esfera econômica se desdobra como um mecanismo automático. Dito doutro modo,

[...] a referência normativa permanecerá vinculada ao domínio moral: a partir do momento em que o mecanismo não funcionar ou que não funcionar a serviço do bem, a moralidade geral poderá reafirmar sua supremacia sobre o domínio e autorizar a intervenção pública" (Dumont, 2000, p. 115).

Essa perspectiva reconhece plenamente a intrincada relação entre economia e moralidade, ressaltando a importância de uma análise mais profunda e refinada dos desafios éticos que permeiam o cenário econômico. Ela sugere que não basta simplesmente contemplar os aspectos monetários e de eficiência ao tomar decisões econômicas, mas também é fundamental considerar os impactos sociais, ambientais e éticos dessas decisões. Isso significa que, ao lidar com questões econômicas, não podemos nos limitar apenas ao aspecto financeiro; devemos também examinar como essas decisões afetam as pessoas, a comunidade e o meio ambiente. Essa abordagem mais holística nos leva a uma compreensão mais

abrangente das implicações éticas de nossas ações econômicas, permitindo-nos tomar decisões mais informadas e responsáveis para o bem-estar geral.

Dumont, ao explorar as ideias de Adam Smith, ressalta uma distinção fundamental: enquanto a esfera geral dos sentimentos morais é construída sobre a simpatia, a atividade econômica se destaca ao demandar apenas o egoísmo. Em outras palavras, ao perseguir exclusivamente seus interesses pessoais, os indivíduos agem sem levar em conta o bem comum, e é nesse contexto que entra em cena a famosa "Mão Invisível" (Dumont, 2000, p. 95-96). Essa observação aponta para uma clara separação entre as motivações éticas que guiam as interações sociais diárias e o funcionamento dos sistemas econômicos, destacando a singularidade da dinâmica econômica e sua relação com o egoísmo individual. Além disso, essa análise ecoa as ideias recorrentes de 'Mandeville' em sua 'fábula das abelhas', como por exemplo quando afirma: "(...) todo homem deseja o bem para si mesmo com todas as suas forças e com pouca consideração pelo seu próximo" (Mandeville, 2000, p. 381).

### **A Sociedade como um corpo político (pela educação) e não como rebanho de vacas ou carneiros: homem real e homem ideal**

Antes de adentrarmos nas concepções de Mandeville sobre a sociedade, é fundamental compreender o contexto no qual ele se insere, especialmente em contraste com as ideias de Shaftesbury. Como destacado por Dumont (2000, p. 102), Mandeville enfatiza, em oposição a Shaftesbury, a visão da sociedade não como um rebanho de vacas ou carneiros, mas sim como um 'corpo político' sujeito a um governo. Nessa perspectiva, Mandeville (2017, p. 359) concebe a sociedade como um "corpo político", onde os indivíduos, submetidos a um governo ou liderança, tornam-se disciplinados e trabalham para o bem comum.

O autor destaca a importância da ordem social e da autoridade para assegurar a harmonia entre os membros, ressaltando que, sem lei e governo, os seres humanos seriam incapazes de conviver pacificamente devido à sua propensão ao conflito. Essa visão é corroborada por Rawls (1996, p. 143) em "O Liberalismo Político", quando afirma que o poder político é essencial por ser coercitivo e baseado na utilização de sanções, visto que somente o Estado detém o direito de usar a força para garantir o cumprimento da lei por parte dos cidadãos. Como dizem os latinos, "*dura lex, sed lex*", ou seja, a lei pode ser dura, mas é lei e deve reger as ações sociais para uma convivência razoável entre todos os cidadãos.

Essa perspectiva de Mandeville pode ser comparada à de Aristóteles (1997, p. 16, 1253 a), quando afirma:

O homem, quando perfeito, é o melhor dos animais, mas é também o pior de todos quando afastado da lei e da justiça, pois a injustiça é mais perniciosa quando armada, e o homem nasce dotado de armas para serem bem usadas pela inteligência e pelo talento, mas pode sê-lo em sentido inteiramente oposto. Logo, quando destituído de qualidades morais o homem é o mais impiedoso e selvagem dos animais, e o pior em relação ao sexo e à gula.

Hume (1999, p. 184) acentua de forma clara esse debate, a ideia de que o homem é passível de ser moldado e adequado aos padrões sociais. Ou seja: "(...). Os prodigiosos efeitos da educação são de molde a convencer-nos de que o espírito não é completamente inflexível e obstinado, e é capaz de admitir muitas alterações em sua natureza e estrutura original". Essa ideia também é compartilhada e

corroborada pelo conceituado psicólogo social americano Haidt, que afirma que um certo grau de conflito entre grupos pode ser necessário para a saúde e o desenvolvimento de uma sociedade. Ele argumenta que é razoável que ideologias conflitantes se mantenham em equilíbrio, enquanto os sistemas de responsabilização nos impedem de escapar impunes e menos pessoas acreditam que propósitos morais justificam meios violentos (Haidt, 2020, p. XVIII).

Assim, o confronto entre Mandeville e Shaftesbury<sup>4</sup> pode ser interpretado como uma dicotomia entre a defesa do homem real, fundamentada nos fatos que revelam a natureza humana cotidiana, por parte de Mandeville, e a defesa do homem ideal, visando uma sociedade bem-ordenada ou, no mínimo, razoável, na qual cada indivíduo reconhece seus limites e não ultrapassa a liberdade alheia, conforme defendido por Shaftesbury. Mandeville parece contestar essa concepção de Shaftesbury ao afirmar: “suas noções [de Shaftesbury], devo admitir, são generosas e refinadas; são um grande elogio à humanidade e, com um pouco de entusiasmo, capazes de inspirar em nós os mais nobres sentimentos concernentes à dignidade de nossa elevada natureza. Pena que não sejam verdadeiras... sua solidez é incompatível com nossa experiência diária” (Mandeville, 2017, p. 336).

Mandeville (2017, p. 335) contrapõe-se a Shaftesbury ao descrever em sua obra 'características', na fábula das abelhas:

Imagina que, como o homem é feito para a sociedade, deve ter nascido com uma bondosa afeição em relação ao todo, do qual ele é parte, e uma propensão a buscar o bem desse todo. Ele chama de virtuosa toda ação executada em vista do bem público; e toda ação egoísta, que exclui completamente essa consideração, é vício. Pondera a virtude e o vício como realidades permanentes que devem ser sempre as mesmas em todos os países e em todas as épocas, e imagina que um homem de bom *sensu* [...], pode governar-se pela sua razão com a mesma facilidade e prontidão que um bom cavaleiro conduz um cavalo bem adestrado pelo arreio.

Dumont (p. 102-103) destaca que, nesse contexto, o homem não é por natureza sociável, mas sim educável, ou seja, capaz de aprender. Ele ressalta a importância de aprender a sociabilidade dentro da própria sociedade ao longo do tempo. Mandeville (2017, p. 51) reforça essa ideia de forma incisiva: “apenas pela força é possível torná-lo tratável e fazê-lo receber os aperfeiçoamentos (*educação*) a que está apto”. No entanto, dada a profunda e universal tendência ao egoísmo dos seres humanos, essa educação envolve necessariamente certa dose de hipocrisia. Ou seja, como sublinha Mandeville (2017, p. 361):

A prova disso é manifesta: visto que não podemos impedir as ideias que nos surgem continuamente, toda a convivência civil se perderia se, pela arte e por prudente dissimulação, não tivéssemos aprendido a escondê-las e sufocá-las; e se tudo que pensamos fosse exposto aos outros, é impossível que, dotados de linguagem, pudéssemos suportar uns aos outros.

---

<sup>4</sup> O 3º Conde de Shaftesbury, Anthony Ashley-Cooper, foi um crítico de Mandeville devido à sua visão idealista e ética da moralidade, ressaltando a importância da virtude para a harmonia social. Em sua obra "Characteristics of Men, Manners, Opinions, Times", publicada em 1711, ele destacou a necessidade de valores morais e virtuosos para uma sociedade justa e equilibrada, em contraste com a ideia de Mandeville de que os vícios privados podem gerar benefícios públicos. Shaftesbury rejeitou a noção de que a sociedade deveria se basear em egoísmo individual, enfatizando a importância da ética e da virtude como fundamentos sociais.

Essa questão remete à necessidade de educar os cidadãos desde a infância, como destacado por Platão (1949, p. 89): "se de algum modo queremos persuadir os cidadãos a jamais ter ódio um ao outro, nem isso é sancionado pela lei divina, é isto que deve ser dito, de preferência, às crianças, por homens e mulheres de idade". Kant (2020, p. 15-22) complementa essa ideia ao afirmar:

Duas invenções dos homens podem ser consideradas como sendo as mais difíceis, a saber, a arte de governar e a arte de educar (p.15). *Todavia*, uma boa educação é justamente aquilo donde brota todo o bem no mundo (p. 17). Desde que a primeira época no educando seja aquela em que tem de dar provas de submissão e obediência passivas; a outra, aquela em que lhe deve ser permitido fazer já um uso da reflexão e da sua liberdade, claro que sob leis. Na primeira, trata-se de uma coação mecânica, na segunda, moral (p. 22).

Platão destaca a necessidade de ensinar valores desde a infância para evitar o ódio entre as pessoas, enquanto Kant enfatiza a complexidade da arte de educar e sua influência na promoção da reflexão, liberdade e obediência às leis morais. Ambos concordam que uma boa educação é essencial para o bem-estar coletivo e o desenvolvimento ético dos indivíduos.

Segundo Dumont (2000, p. 105), Adam Smith (1963), na Teoria dos Sentimentos Morais, conseguiu reconciliar os dois inimigos irreconciliáveis (Shaftesbury e Mandeville):

Pela esfera da moralidade, o sujeito humano se converte em ser social pela operação da simpatia [...]. E, pela esfera da economia, ao contrário, o que chamamos de socialização das ações humanas é efetuada por um mecanismo automático, uma propriedade não consciente que é identificada pela operação da 'Mão Invisível'. Neste sentido, a esfera econômica é o domínio particular em que há boas razões para soltar às rédeas a paixão predominante, o egoísmo, sob a forma do interesse egoísta. Globalmente, Adam Smith diferenciou a ação econômica no interior da ação em geral como o tipo particular que escapa à moralidade sem ser contrária à moral num sentido mais amplo.

Certamente que, na esfera da moralidade, a ênfase recai sobre a conexão emocional e moral entre os indivíduos, conforme proposto por Shaftesbury. Aqui, a simpatia desempenha um papel central, permitindo que os seres humanos se relacionem e compreendam uns aos outros em níveis profundos. Esta dimensão moral é caracterizada por uma consciência mútua e pela empatia, que fortalecem os laços sociais e promovem um senso de comunidade e solidariedade.

Por outro lado, na esfera econômica, a "Mão Invisível" de Adam Smith destaca um fenômeno onde as ações individuais, motivadas pelo auto interesse, resultam, de forma não intencional, no benefício coletivo.

Como afirma Haidt (2020, p. XVIII):

Se acha que o raciocínio moral é algo que fazemos para descobrir a verdade, acabará constantemente decepcionado com o quão tolas, tendenciosas e ilógicas as pessoas se tornam quando discordam de você. Mas, se pensar no raciocínio moral como uma habilidade que nós humanos desenvolvemos para facilitar nossos interesses sociais – para justificar nossas próprias ações e defender os grupos a que pertencemos –, então as coisas farão muito mais sentido.

Portanto, defender a visão da sociedade como um corpo político, impulsionado pela educação, ressalta a necessidade de formar indivíduos

autônomos, conscientes e comprometidos. Essa abordagem busca cultivar pessoas capazes de contribuir de maneira significativa para o avanço coletivo e o bem-estar social como um todo.

### **A contradição (virtude/vício) como pressuposto da originalidade do cotidiano do homem contemporâneo: sistema moral e sistema econômico**

Como Dumont (2017, p. 108) observa, Mandeville se destaca pela capacidade de unir e fortalecer as contradições presentes na literatura de sua época, especialmente entre a moralidade aparente e a busca por benefícios materiais e prazeres terrenos, consolidando-as em uma única contradição.

A partir da fórmula mais completa de Mandeville, segundo a qual, somente são virtuosos os atos "pelos quais o homem, contrariamente aos impulsos da natureza, se esforça para o benefício dos outros, ou para a conquista de suas próprias paixões mediante uma ambição racional de se tornar bom" (Mandeville, 2017, p. 57). Dumont (2000, p. 109), aponta três características em contraposição ao egoísmo ou às paixões em geral: "a renúncia ao eu, a adesão à razão e a preocupação com o bem dos outros ou do bem público". Este último aspecto é especialmente relevante, pois viabiliza a transição de uma perspectiva moral para uma perspectiva econômica. Portanto, no raciocínio de Mandeville, a 'norma moral' é avaliada em relação às 'ações concretas', destacando o foco no 'aspecto factual' em detrimento do 'idealizado'. Assim, com a 'eliminação da influência religiosa, este mundo terreno se torna uma referência absoluta'. De maneira paradoxal, a moralidade é avaliada com base em sua 'realização prática', conforme sua correspondência com as 'ações efetivas dos indivíduos'.

E, então, como podemos tornar logicamente explícito o argumento central - pergunta Dumont?

Mandeville considera a relação entre as ações dos homens e o bem público sob duas perspectivas: de um ponto de vista moral, a relação com o bem público é normativa: uma ação dada está orientada para o bem público se ela se harmonizar com a regra moral. Mas, a observação nos demonstra que, de fato, nunca é assim; a ação jamais é altruísta, mas sempre egoísta. O segundo ponto de vista avalia as consequências para o bem público da ação tal como foi observada; aqui, a observação nos diz que a ação tal como é, ou seja, ação egoísta, serve ao bem público (Dumont, 2000, p. 109).

Dumont ressalta a perspectiva de Mandeville lançando luz sobre a complexa interação entre as ações individuais e o bem público. Mandeville aborda essa relação sob duas perspectivas distintas, uma moral e outra empírica. Do ponto de vista moral, ele argumenta que as ações estão normativamente ligadas ao bem público quando estão em conformidade com regras morais altruístas. No entanto, ele observa que, na prática, as ações humanas raramente são impulsionadas pelo altruísmo puro, mas sim pelo egoísmo.

A segunda perspectiva de Mandeville avalia as consequências das ações para o bem público, independentemente de sua motivação moral. Aqui, ele sugere que mesmo as ações egoístas, quando observadas em seu efeito coletivo, podem contribuir para o bem público. Essa visão desafia a dicotomia simplista entre ações altruístas e egoístas, sugerindo que a complexidade da interação humana muitas vezes produz resultados que beneficiam a sociedade de maneiras inesperadas.

Seguindo esse raciocínio, Dumont argumenta que Mandeville não procurou substituir a virtude pelo vício, mas sim subjetivou inteiramente a moralidade, fragmentando a mistura do subjetivo e do objetivo que a caracteriza. Para Mandeville, a moralidade foi, de certa forma, expulsa das transações reais dos seres humanos. A questão da punição dos vícios, como os crimes, pelo governo, para Mandeville, não é uma questão de moralidade, mas de direito (Dumont, 2000, p. 110).

Dumont destaca a percepção de Mandeville como um dos pioneiros na observação do otimismo em relação ao crescimento econômico, expressando-o na ideologia da harmonia natural dos interesses. Mandeville sugere que os interesses individuais podem se alinhar de forma positiva para o benefício geral da sociedade. Essa habilidade de combinar satiricamente esses conceitos, aparentemente contraditórios de forma eficaz, Dumont o descreve como um 'golpe de mestre' (Dumont, 2000, p. 110). A citação de Dumont evidencia a grande realização intelectual de Mandeville, reconhecendo sua astúcia e capacidade de análise crítica sobre os fenômenos sociais e econômicos. Como deduz Dumont (2000, p. 111):

Seja como for, é difícil escapar da impressão de que estamos diante de uma questão crucial. O que provocou um escândalo nos contemporâneos de Mandeville nos aparece, retrospectivamente, com uma transição, implicando dois sistemas equivalentes, o sistema moral e o sistema econômico, que representam duas visões do sistema social. No sistema social da moralidade, vemos os sujeitos ou agentes interiorizarem a ordem social sob a forma de regras morais, cada sujeito definindo sua conduta indiretamente por referência a toda a sociedade. No sistema econômico, a contrário, cada sujeito define sua conduta por referência exclusiva ao seu próprio interesse, e a sociedade é somente mecanismo.

Essa mudança representa uma interação complexa entre a moralidade e a economia, que vai além da simples dicotomia entre o ideal e o real. Podemos compreender isso ao observar que se trata de uma transição da ênfase nas relações entre pessoas para uma ênfase nas relações entre pessoas e objetos: “enquanto a moralidade regula as interações humanas, independentemente da presença de bens materiais, autores como Mandeville focalizam o ganho, a riqueza e a prosperidade material como elementos centrais da vida social” (Dumont, 2000, p. 112).

### **A moralidade nas sociedades de hoje**

Alguns argumentariam que a moralidade era adequada para uma sociedade pequena e estagnada do passado, mas não se adequa à sociedade grande e poderosa - a economia - de hoje. Sem dúvida, essa transição representa um importante marco na evolução das ideologias, marcando a transição da ideologia tradicional para a ideologia moderna. Como diria Mandeville “(...) poucas virtudes empregam mão de obra; portanto, uma pequena nação pode se tornar boa por meio delas, mas nunca grande” (2017, p. 380).

Neste sentido, podemos afirmar que o egoísmo se torna a norma? Segundo Dumont (2000, p. 113):

Não podemos afirmar que o egoísmo se torna a norma, mas podemos dizer que a norma se encontra na prosperidade pública, ou seja, essencialmente na relação entre homens e coisas, em contradição com a antiga norma que incidia

sobre as relações entre homens. Neste ponto, Mandeville reintroduz sub-repticiamente uma passagem imediata do fato à norma: ele não pergunta se a prosperidade é adquirida ao preço da corrupção geral, se é uma boa coisa, ou se é suficiente como fim da ação humana. Para justificar a transição pode-se identificar a prosperidade com a felicidade da maioria e postular que a felicidade é o fim moral.

Estamos diante de uma perspectiva intrigante e contemporânea sobre a relação entre egoísmo, prosperidade pública e normas sociais. Destaca-se a mudança na norma de conduta, com a priorização da prosperidade material em detrimento das relações interpessoais. Mandeville sugere que a norma agora reside na busca pela prosperidade pública, contrastando com a antiga norma centrada nas interações humanas. Implicitamente, ele desafia a ideia de que o egoísmo se torna a norma, ao postular que a prosperidade pode ser identificada com a felicidade da maioria, defendendo-a como o objetivo moral último.

Essa reflexão lança luz sobre as complexas interações entre ética, economia e bem-estar social, incentivando-nos a repensar os valores que moldam as normas sociais ao longo do tempo. Como afirma Dumont de forma incisiva:

Precisamos reconhecer duas visões da sociedade em Mandeville: uma visão contemporânea na qual a sociedade se reduz, de fato, à economia, e uma visão da origem ou dos começos da sociedade na qual encontramos, por mais que o raciocínio esteja fundado na psicologia do homem contemporâneo, um reconhecimento geral e vago de que o homem é o que a sociedade faz *dele* (2000, p.113).

Então, há ou não um reconhecimento crescente da sociedade em Mandeville? Segundo Dumont:

Se pudermos dizer, de acordo com Tufts, que em Mandeville, e através de todo este período, há um reconhecimento crescente da sociedade, devemos acrescentar, de imediato, que se trata de um reconhecimento de uma sociedade degradada, entendida, não como um fato de consciência, mas como um fato de natureza física. Tudo passa como se a supremacia do indivíduo tivesse sido resgatada a este preço: degradar as relações entre homens ao estatuto dos fatos naturais brutos (2000, 114).

Nesta perspectiva, Dumont e Tufts destacam a visão crítica de Mandeville em relação à sociedade. Ambos parecem ressaltar que, embora Mandeville reconheça o desenvolvimento social ao longo do tempo, sua perspectiva é marcada por uma visão negativa e degradada da sociedade. Ambos concordariam que Mandeville parece equacionar a supremacia do indivíduo com a degradação das relações sociais, tratando-as como fatos naturais brutos, em vez de reconhecê-las como construções sociais complexas. Essa análise sugere uma visão pessimista sobre a natureza humana e suas interações sociais, apontando para uma crítica ao egoísmo exacerbado na sociedade retratada por Mandeville.

Além disso, conforme ressaltado por MacIntyre, é importante ‘ter cautela’ ao considerar a moralidade, já que frequentemente a associamos à perspectiva subjetiva kantiana. No entanto, é justo reconhecer o mérito de Mandeville, de maneira dramática, ele delineou a separação entre bondade e felicidade, uma concepção que seria incompreensível para Platão. Mandeville enfatiza de forma contundente e simplista a supremacia das relações com as coisas sobre as relações entre os homens. Esse aspecto é crucial e distingue a civilização moderna das

demais, refletindo a hegemonia do ponto de vista econômico em nosso universo ideológico. Essa mudança de valores foi expressa por Mandeville, de modo impactante, em sua obra "A Fábula das Abelhas" ou "Vícios Privados, Benefícios Públicos" (Dumont, p. 116-117).

## **Virtude/Vício**

### **Uma dupla escala de valores que são incompatíveis**

No contexto das discussões sobre ética e moralidade, surge frequentemente o debate em torno da dicotomia entre virtude e vício, enfatizando a incompatibilidade intrínseca entre esses dois conceitos. Rawls (1996, p. 141 e 2022, p. 245-248) denomina esse embate como um consenso de sobreposição ou por justaposição, onde a unidade social se fundamenta em um acordo sobre a concepção política de justiça que, através do Estado, orienta e regula a convivência entre os diversos atores da sociedade, em todos os seus estratos. A estabilidade desse arranjo se manifesta quando as doutrinas que sustentam o consenso são aceitas pelos cidadãos politicamente ativos da sociedade, desde que os requisitos da justiça não entrem em conflito extremo com os interesses essenciais dos cidadãos decorrentes de seus compromissos sociais, evitando assim que a cultura individual de cada cidadão influencie excessivamente o interesse público. Um exemplo claro desse princípio reside na imparcialidade que se espera dos juízes ao tomar decisões, desvinculados de sua religião, afiliação política ou vínculos familiares (que representam sua cultura de base ou de fundo), para garantir a integridade do interesse público e agir de forma objetiva.

Essa incompatibilidade entre virtude e vício se torna evidente ao considerarmos que a virtude abarca um conjunto de valores e princípios morais que visam promover o bem-estar tanto individual quanto coletivo, enquanto o vício está associado a comportamentos e atitudes prejudiciais, tanto para o indivíduo quanto para a sociedade, como discutido anteriormente no ponto sobre *justiça e injustiça*. Monzani (1995, p. 33) contribui para essa compreensão ao afirmar:

Conferindo um sentido rigoroso aos termos [virtude/vício], ele [Mandeville] consegue colocar em evidência que estamos, de fato, frente a uma dupla escala de valores que são incompatíveis. [...]. Aponta-se, então, para uma irreduzível separação entre preceitos da pureza moral individual e os imperativos exigidos pelo desenvolvimento material da sociedade. Separação que supõe o caráter inconciliável de ambas as posturas, se se quiser mantê-las simultaneamente.

A citação de Monzani destaca a irreduzível separação entre os preceitos da pureza moral individual e os imperativos exigidos pelo desenvolvimento material da sociedade. Isso sugere que, se desejarmos manter simultaneamente esses conjuntos de valores, enfrentaremos um desafio ético significativo devido à incompatibilidade aparente entre eles.

Nessa reflexão, observamos a exploração da incompatibilidade entre virtude e vício, destacando a separação fundamental entre os preceitos morais individuais e as demandas sociais. Isso implica a dificuldade em conciliar ambas as posturas sem comprometer sua integridade. Essa complexidade subjacente à discussão ética e moral ressalta a necessidade de buscar um equilíbrio entre valores pessoais e exigências sociais, o que é uma tarefa desafiadora.

No entanto, ao examinarmos as ideias de Mandeville sobre a dupla escala de valores Virtude/Vício, podemos entender melhor essa complexidade. Segundo Mandeville (2017, p. 57),

O vício como tudo aquilo que o homem comete sem consideração pelo público, visando apenas satisfazer seus próprios apetites. Por outro lado, ele descreve a virtude como cada realização por meio da qual o homem se esforça para o benefício dos outros, ou para a conquista de suas próprias paixões mediante uma ambição racional de se tornar bom.

Mandeville argumenta que, tradicionalmente, a virtude é vista como um ideal a ser buscado, enquanto o vício é associado a comportamentos negativos. No entanto, ele desafia essa dicotomia moral ao sugerir que certos comportamentos considerados viciosos, como a busca pelo lucro pessoal, podem, paradoxalmente, levar ao progresso e à prosperidade coletiva.

Essa perspectiva lança uma nova luz sobre a relação entre valores morais individuais e os imperativos sociais do desenvolvimento material da sociedade. Portanto, ao considerarmos as ideias de Mandeville, podemos perceber que a suposta incompatibilidade entre virtude e vício, conforme destacado por Monzani, pode não ser tão rígida quanto parece à primeira vista.

Mandeville argumenta que, em uma sociedade de abundância, onde as escolhas individuais são amplas e as consequências podem ser plenamente avaliadas, certos comportamentos considerados viciosos podem, na verdade, contribuir para o bem comum. Isso sugere que a separação entre valores morais individuais e imperativos sociais não é tão irredutível quanto inicialmente parecia, mas sim uma questão complexa que requer uma análise cuidadosa das interações entre esses dois conjuntos de valores. Isso pode ser confirmado na seguinte afirmação:

Onde um homem tem tudo que deseja, e nada o aborrece ou perturba, nada há para acrescentar à sua felicidade; e é impossível assinalar um ofício, uma arte, uma ciência, qualquer dignidade ou profissão que não sejam supérfluos num tal estado. Se desdobrarmos esse pensamento, perceberemos facilmente que nenhuma sociedade poderia ter surgido de virtudes amigáveis e qualidades amáveis do homem, mas, pelo contrário, todas elas devem ter tido sua origem nas necessidades do homem, nas suas imperfeições e na variedade de seus apetites; descobriremos aí também que, quanto maior a ostentação de seu orgulho e vaidade, bem como a ampliação de seus desejos, tanto maior a sua capacidade de desenvolver sociedades grandes e enormemente populosas (Mandeville, 2017, p. 358).

Mandeville argumenta que as sociedades não surgem apenas das virtudes humanas, mas também das necessidades, imperfeições e diversidade de desejos dos indivíduos. Ele destaca que quanto mais orgulho, vaidade e expansão de desejos as pessoas exibem, maior é a capacidade de criar sociedades grandes e populosas. Isso revela uma interação complexa entre impulsos individuais e dinâmica social coletiva, influenciando o desenvolvimento e crescimento das sociedades ao longo do tempo.

## **Como o florescimento das sociedades pode ter sua origem no vício e não somente na virtude**

Ao sugerir que o florescimento das sociedades pode ter sua origem no vício e não somente na virtude, Mandeville desafia essa dicotomia moral ao argumentar que certos comportamentos considerados viciosos, como a busca pelo lucro pessoal, podem, paradoxalmente, levar ao progresso e à prosperidade coletiva. Ao considerar essa perspectiva, é possível compreender melhor como tais comportamentos podem contribuir para o progresso econômico e social.

Por exemplo, a indústria de bebidas alcoólicas e a indústria de tabaco são exemplos claros de como o desenvolvimento das sociedades pode surgir de setores associados ao que é comumente considerado um vício. Essa dinâmica revela uma complexidade intrínseca, onde o consumo de álcool e tabaco, embora encarados como vícios por muitos, têm um impacto indireto positivo na economia ao criar oportunidades de emprego para jovens de baixa renda.

Ao examinarmos mais profundamente essa questão, percebemos que essas indústrias não apenas geram empregos diretos na produção e distribuição, mas também influenciam uma extensa cadeia de serviços correlacionados, como bares, restaurantes, eventos e estabelecimentos de venda de bebidas e cigarros. Isso resulta em uma crescente demanda por mão de obra, especialmente entre os jovens de baixa renda, que frequentemente encontram emprego nessas áreas.

Além disso, a presença dessas empresas no mercado impulsiona a inovação e a competição, estimulando o desenvolvimento econômico em regiões específicas. A criação de novos produtos, estratégias de marketing e serviços relacionados ao setor de bebidas alcoólicas e tabaco contribui para a diversificação da economia e a geração de receita para o Estado.

No entanto, é crucial destacar que esse cenário também suscita preocupações éticas e de saúde pública, uma vez que o consumo excessivo de álcool e tabaco pode acarretar diversos problemas sociais e de saúde. Portanto, apesar do emprego gerado por essas indústrias ser considerado um aspecto positivo para o desenvolvimento econômico, é fundamental buscar um equilíbrio que leve em consideração os impactos sociais e individuais dessas indústrias.

## **O luxo como parte das sociedades de hoje**

O luxo pode ser associado ao vício quando sua busca se torna compulsiva, excessiva e prejudicial, levando a comportamentos de consumo irresponsável e desperdício de recursos. Nesse contexto, o luxo pode ser considerado um vício quando é perseguido de forma desmedida, negligenciando valores como moderação, equilíbrio e responsabilidade social. Essa visão encontra eco no pensamento de Aristóteles, que discutiu a virtude como um meio-termo entre extremos, destacando que tanto a falta quanto o excesso podem ser considerados vícios. Assim, o luxo pode se transformar em um vício quando ultrapassa os limites da razão e da prudência, afastando-se do equilíbrio e da harmonia que caracterizam uma vida virtuosa.

Portanto, conforme Manzoni destaca de forma incisiva em relação ao luxo, que geralmente é visto como supérfluo, a apologia do luxo deveria estar fundamentada em uma nova escala de valores, em uma reavaliação global à qual Mandeville foi sensível. Em outras palavras, Mandeville percebeu muitas coisas e

vislumbrou aspectos novos. A nota dominante de seu pensamento é a de que o egoísmo é o motor central das ações humanas (Manzoni, 1995, p. 32-33).

Considerando Fénelon como o moralista rigorista, Manzoni (p. 33) enfatiza que alguém absolutamente convicto da veracidade de sua doutrina não teria hesitado diante desse quadro: “se assim, é preciso abandonar esse falso rumo tomado pela sociedade e reconduzi-la ao bom caminho, reeditando várias espartas modernas”. No entanto, ao longo do tempo, percebemos que o conceito de luxo evoluiu, deixando de ser apenas uma marca de respeito (destinado a certas personalidades e eventos específicos, como festas da realeza e procissões da Igreja) para se tornar um objeto desejado (1995, p. 23). Mandeville, em sua obra, destaca o egoísmo como um dos motores centrais das ações humanas: “Não há nada tão universalmente sincero sobre a Terra como o amor que todas as criaturas, capazes de senti-lo, têm por si mesmas; e como não há amor que não implique o cuidado de preservar a coisa amada [...]” (Mandeville, 2017, p. 205-206).

Essa perspectiva lança uma nova luz sobre a relação entre virtude e vício, desafiando concepções tradicionais e destacando a complexidade das noções morais e éticas dentro de uma sociedade.

Portanto, para os antigos, o luxo sempre conservou um caráter simbólico, sendo um privilégio para certas camadas da sociedade. Com o tempo, percebe-se que o cotidiano de um nobre medieval não despertaria grande inveja em um burguês do século XVIII.

Nesse contexto, Bayle, conforme comentado por Monzani, parece estar correto ao questionar o mito da frugalidade e simplicidade dos antigos. Ele sugere que isso pode ser uma construção retroativa elaborada com objetivos específicos, nem sempre admitidos abertamente. De acordo com Bayle, “as sociedades antigas não eram ricas”, e, portanto, não seria honesto “transformar uma necessidade em virtude”. Ele argumenta que a frugalidade elogiada não consistia na supressão do supérfluo ou na ‘abstinência voluntária do agradável’, mas sim no uso grosseiro dos recursos disponíveis. “As pessoas não desejavam riquezas que desconheciam”; contentavam-se com pouco, pois não imaginavam nada além disso e limitavam-se aos prazeres ao seu alcance. (Manzoni, 1995, pp. 29-30).

Assim anuímos a posição de Manzoni quando afirma que,

Os antigos tinham um tipo de vida determinado pela necessidade e não pela virtude. Mas, nós, modernos, que temos diante dos nossos olhos as duas opções, temos também o direito de escolha e podemos perfeitamente optar, com conhecimento de causa, pelo rigor e a frugalidade, se esse é o preço de nossa salvação, ou, pelo menos, de nossa retitude moral. Fica claro, portanto, que o paradoxo de Mandeville só pode instaurar-se como tal numa sociedade que produz bens no regime de abundância e que sabe que há outra opção possível. (Manzoni, 1995, p. 33).

A citação de Monzani oferece uma perspectiva crítica sobre o pensamento de Mandeville, destacando como a ideia do paradoxo do vício só pode ser plenamente compreendida em um contexto específico. Monzani sugere que o argumento de Mandeville sobre a necessidade do vício para o funcionamento eficiente da sociedade só é relevante em uma sociedade de abundância, onde as escolhas individuais são amplas e as consequências podem ser plenamente avaliadas.

Monzani destaca a importância do contexto social e econômico na interpretação das teorias éticas, como a de Mandeville. Ele observa a mudança de

paradigma entre antigos e modernos, ressaltando como as condições socioeconômicas moldam nossa perspectiva ética. Isso nos leva a considerar o dilema ético fundamental entre a pureza moral individual e as exigências do progresso social e econômico. Manzoni amplia essa discussão ao abordar a escolha entre a busca pela salvação pessoal, que pode prejudicar a sociedade, e uma atitude mais comprometida com o desenvolvimento coletivo. O poema de Mandeville, ao afirmar que o vício é essencial para o Estado, levanta questões sobre a relação entre comportamentos individualistas e o funcionamento da sociedade, sugerindo uma visão paradoxal em que a busca pelo interesse próprio pode contribuir para a prosperidade coletiva.

### **A sociedade moderna e o paradoxo da utilidade do egoísmo e do vício**

Essa aceitação, ainda que paradoxal, da utilidade do egoísmo e do vício sinaliza uma mudança fundamental nas concepções tradicionais de moralidade e ética. Em vez de priorizar estritamente princípios morais universais, emerge uma visão utilitarista que valoriza os resultados tangíveis sobre os preceitos éticos individuais. Sob essa perspectiva, o bem-estar coletivo e o progresso social muitas vezes se tornam mais importantes do que a aderência a normas morais tradicionais. Essa transformação na compreensão da moralidade e da ética pode ser vista como uma resposta pragmática às complexidades da sociedade moderna, onde a busca pelo interesse próprio pode, paradoxalmente, contribuir para o bem comum, desafiando assim conceitos éticos arraigados e abrindo espaço para uma avaliação mais pragmática das ações individuais.

Segundo Monzani (1995, p. 35), a ordem social que prevalece indica que uma nova civilização está surgindo, proporcionando aos indivíduos uma ampla gama de bens desconhecidos em épocas passadas. A sociedade tem como função primordial produzir, distribuir e garantir o consumo desses bens, pois são o motor que impulsiona o progresso social. É crucial aumentar gradualmente a variedade de bens, pois quanto mais houver, mais pessoas se beneficiarão, independentemente de sua qualidade ou origem, pois a ideia de *'summum bonum'* está obsoleta. O luxo é parte natural do processo e deve ser incentivado, pois o desenvolvimento e a prosperidade de uma sociedade dependem da exploração do supérfluo, além das necessidades básicas. Argumentos contra o luxo, alegando que ele corrompe os costumes, são infundados, pois os benefícios que traz são superiores aos malefícios.

A dicotomia entre integridade moral e contribuição para o desenvolvimento material da sociedade gera um dilema ético complexo. Equilibrar esses valores pode exigir concessões ou encontrar um delicado ponto de equilíbrio, mas a separação entre eles também pode levar a desafios éticos inconciliáveis. Monzani explora essa questão ao destacar o entendimento de Mandeville sobre a relação entre moralidade e vida material.

Mandeville não propõe abandonar completamente a moral tradicional, mas sim dissociar esses princípios da esfera material da vida cotidiana. Monzani ressalta a importância de ações interessadas que atendam a critérios utilitários e beneficiem a sociedade, pois são fundamentais para o funcionamento social, especialmente na produção e consumo de bens que promovam o bem-estar humano. Assim, Monzani ilustra como a interação entre valores morais e materiais é intrínseca à dinâmica social, destacando a complexidade inerente à busca por um

equilíbrio ético entre esses dois domínios. Ele questiona: Isso significou aos olhos de Mandeville abandonar ostensivamente os cânones da moral tradicional?

Mandeville não abandonou os princípios da moral tradicional, mas destacou que a vida cotidiana envolve regras de conduta específicas [...]. Ele argumenta que a moral tradicional se dissociou da esfera material, não se pulverizou. Se apenas ações virtuosas fossem realizadas, o comércio, as artes e muitas profissões perderiam seu propósito, pois existem para satisfazer apetites sensíveis. Ações interessadas, que beneficiam a sociedade e os indivíduos, são fundamentais para a esfera social [...]. A razão de ser da ação social está na produção e consumo de bens materiais, que satisfazem os desejos humanos e promovem o bem-estar (Monzani, p. 34-35).

Por exemplo, uma empresa de tecnologia pode enfrentar o dilema ético de equilibrar a busca pelo lucro com preocupações sociais e ambientais. Práticas que visam à maximização dos lucros podem incluir a exploração de recursos naturais e de trabalhadores em países em desenvolvimento, resultando em danos ao meio ambiente e em condições precárias de trabalho. Por outro lado, a adesão a padrões éticos rigorosos, como respeitar os direitos dos trabalhadores e adotar práticas ambientalmente sustentáveis, pode limitar o crescimento econômico da empresa. Isso porque seguir esses padrões pode aumentar os custos de produção e reduzir a competitividade da empresa no mercado. Consequentemente, o acesso ao mercado de trabalho para grupos menos privilegiados da sociedade pode ser afetado, uma vez que a empresa pode ter menos recursos para investir em programas de contratação e treinamento.

Ao discutir a maximização dos lucros, o exemplo aponta para práticas que podem ter consequências prejudiciais, como a exploração de recursos naturais ou a exploração de trabalhadores em países em desenvolvimento. Consequentemente, a adesão a padrões éticos rigorosos pode impor limitações ao crescimento econômico da empresa, afetando indiretamente o acesso ao mercado de trabalho para grupos menos privilegiados da sociedade. Por isso, Mandeville (2017, p. 383) considera que “(...), os vícios privados, administrados com destreza por um político habilidoso, podem ser transformados em benefícios públicos”.

Ao considerarmos as implicações das ideias de Mandeville sobre a dualidade entre virtude e vício, bem como a discussão sobre a complexa interação entre valores morais individuais e imperativos sociais, podemos ver como esses conceitos se relacionam intimamente com a citação inicial de Monzani. A separação aparentemente irreduzível entre preceitos morais e exigências sociais destaca um dilema ético fundamental que enfrentamos em nossas sociedades contemporâneas.

### **O homem se basta a si mesmo?**

O homem não é autossuficiente, pois depende de três aspectos cruciais da vida em sociedade: interdependência humana, transformação do trabalho em arte e interdependência econômica entre comunidades.

Primeiramente, a interdependência humana é fundamental, pois sem interações sociais e apoio mútuo, a existência humana seria insustentável. Aristóteles ilustra isso ao sugerir que a total autossuficiência só seria possível em estado isolado ou divino. Em segundo lugar, a relação entre trabalho e arte é destacada. Quando uma tarefa é realizada com dedicação, ela se torna uma forma de arte, enriquecendo tanto quem a realiza quanto a comunidade. Por fim, a interdependência econômica mostra que nenhuma sociedade é autossuficiente em

todos os aspectos, resultando em trocas entre comunidades para fortalecer a sobrevivência e o desenvolvimento de todas.

Conforme Mandeville e em consonância com Platão, como mencionamos anteriormente em relação às tarefas de cada indivíduo, é evidente que nenhuma sociedade prospera sem a contribuição de todos os seus membros. Mandeville (2017, p. 368) enfatiza o papel crucial dos pobres na construção de uma nação grandiosa, afirmando que,

Tamanha é a condição calamitosa das coisas humanas que precisamos das pragas e monstros 'como o Leviatã', para se ter toda a variedade de trabalho realizado, que a habilidade dos homens pode inventar para a obtenção de um meio de vida honesto para as vastas multidões de pobres trabalhadores, os quais são necessários na criação de uma ampla sociedade. E é tolice imaginar que, sem isso, as nações grandes e ricas possam subsistir e ser, ao mesmo tempo, ricas e polidas.

Isso revela a interdependência entre diferentes grupos sociais na busca por um meio de vida digno para todos. Os pobres, especialmente, são fundamentais para o progresso e a sustentação das nações. Essa interdependência entre estratos sociais é vital para o crescimento e a estabilidade das comunidades.

Além disso, a importância do "Self-love" e "Self-liking"<sup>5</sup> de Mandeville mostra como a autoestima e o respeito próprio influenciam a contribuição de cada indivíduo para o bem-estar coletivo. Isso fortalece os laços sociais e a coesão entre diferentes estratos sociais, fundamentais para uma sociedade equilibrada e próspera.

### **O orgulho e a bajulação como forma de subsistência e/ou progressão social**

O "orgulho" e a "bajulação" como forma de subsistência e/ou progressão social nos remetem à complexa relação entre o orgulho humano e a prática da bajulação na política governativa e que se estende em quase todos os âmbitos da sociedade atual, como defendido por Mandeville (2017, p. 54):

Assim como ocorre com todos os animais que não sejam tão imperfeitos a ponto de não revelar orgulho, verificamos que os melhores, os mais belos e valorosos de sua espécie o possuem no mais alto grau; também no homem, o mais perfeito dos animais, o orgulho é tão inseparável de sua essência (por mais que alguns, astuciosamente, aprendam a escondê-lo ou disfarçá-lo) que, sem ele, o composto do qual é feito ficaria sem um dos seus principais ingredientes.

Esse orgulho é explorado por meio da bajulação, uma técnica poderosa que, segundo Mandeville (2017, p. 52),

"Eles [*sobretudo os políticos*] cuidadosamente examinaram as forças e fragilidades de nossa natureza humana e, observando que ninguém é tão selvagem a ponto de não se encantar com um elogio, nem tão baixo a ponto de pacientemente suportar o desprezo, concluíram acertadamente que a lisonja deve ser o mais poderoso argumento a ser usado com as criaturas humanas."

<sup>5</sup> Mandeville diferencia entre "self-love", que é o desejo egoísta de maximizar os benefícios pessoais, e "self-liking", que é a satisfação ao agir de acordo com nossos padrões morais, mesmo que sejam egoístas. Na sociedade, o "self-love" geralmente prevalece sobre o "self-liking" devido à valorização do sucesso individual e da competição, muitas vezes em detrimento dos outros. Isso cria um ambiente onde o egoísmo é incentivado em vez da consideração pelos valores pessoais.

No contexto contemporâneo, alguns se servem deste mecanismo para alcançar o sucesso e integrar a classe dominante da sociedade. É notável que, muitas vezes, quem diz a verdade raramente tem o mesmo sucesso, pois a bajulação e a manipulação sutil das emoções humanas acabam prevalecendo na busca por reconhecimento e poder. Essa dinâmica revela não apenas a complexidade do comportamento humano, mas também a influência significativa que a lisonja e o orgulho exercem nas interações sociais e políticas. É como se Mandeville estivesse antecipando essa realidade contemporânea ao defender que o vício era a base do desenvolvimento da sociedade.

Nos últimos anos, em Angola, tem sido notável o aumento da disparidade entre ricos e pobres, resultando na gradual extinção da classe média. Essa tendência tem agravado a divisão social, levando a uma sociedade cada vez mais fragmentada entre extremos de riqueza e pobreza, sem uma classe média estável para equilibrar essas diferenças. Esse cenário complexo reflete os desafios sociais e econômicos contemporâneos, nos quais a prática da bajulação e o orgulho podem perpetuar desigualdades e injustiças sociais.

Um exemplo concreto dessa realidade é o salário mínimo em Angola, que mal ultrapassa os 100 dólares americanos, a moeda base para o câmbio e o mercado internacional. Essa situação demonstra o quão difícil é para os mais pobres manterem uma dieta mínima para si e suas famílias no dia a dia, já que o salário mínimo não cobre sequer a cesta básica mensal necessária para as três refeições adequadas de uma família.

Mandeville observa que a política habilidosa se aproveita do orgulho humano, estimulando as ações feitas em nome do bem comum, mas, na verdade, visando o benefício da classe dominante.

É evidente que não foi uma religião pagã ou outra superstição idolatra que inicialmente levou o homem a controlar seus desejos e restringir suas tendências, mas sim a estratégia habilidosa de políticos astutos. Ao analisarmos mais de perto a natureza humana, fica claro que as virtudes morais são um resultado da manipulação política que transforma o orgulho em uma ferramenta eficaz de controle social (Mandeville, 2017, p. 56).

A habilidade de manipular o orgulho é tão poderosa que até mesmo pessoas inteligentes podem ser cativadas pela lisonja, resultando em um cenário onde a bajulação é usada estrategicamente para alcançar vantagens individuais e progressão social. Segundo Mandeville (2017, p. 59):

Não há homem, por mais capaz ou inteligente que seja, completamente à prova do encantamento da bajulação se esta é engenhosamente realizada e ajustada às suas habilidades. [...]. *Ou seja*, o que você diz em louvor a uma cidade inteira é recebido com prazer por todos os habitantes. Fale em homenagem às letras em geral, e todo homem culto se sentirá particularmente obsequioso em relação a você.

Por outro lado, Hume oferece uma crítica ao orgulho humano, enfatizando que esse sentimento não é capaz de proporcionar um verdadeiro prazer interior e muitas vezes é utilizado para criar uma falsa imagem de dignidade filosófica perante a sociedade.

Fora, pois, com todas as essas vãs pretensões de nos tornar felizes dentro de nós mesmos, de fazer festins com nossos próprios pensamentos, de satisfazer-nos com a consciência do bem-fazer, de desprezar toda ajuda e assistência dos objetos exteriores. Essa é a voz do Orgulho, não a da Natureza. E bem seria se ao

menos esse orgulho tivesse a possibilidade de sustentar-se a si mesmo, produzindo um verdadeiro prazer interior, embora melancólico e severo. Mas este impotente orgulho não é capaz de fazer mais do que regular o exterior, para, com infinito sofrimento e atenção compor a linguagem e as atitudes de maneira a dar aparência de dignidade filosófica, a fim de iludir o vulgo ignorante (Hume, p. 158).

Portanto, o orgulho e a bajulação são aspectos intrínsecos à dinâmica social, onde o primeiro é explorado e moldado pela segunda para influenciar o comportamento humano e buscar benefícios individuais e coletivos (sobretudo de grupos dominantes), ao mesmo tempo em que são criticados por sua superficialidade e potencial de manipulação.

Por isso, o orgulho e a bajulação emergem como ferramentas poderosas na governança global atual, retratando líderes e nações como modelos incomparáveis, sem reflexos significativos na vida da maioria da população. Isso sugere que essas práticas são voltadas para beneficiar os poucos que estão no poder, com impactos limitados para a maioria dos cidadãos.

Conforme Mandeville (2017, p. 61-62) discute, a busca incessante pela fama dos, aparentemente, heróis (na maior parte dos casos) revela uma ânsia incontrolável pela estima e admiração dos outros, tanto no presente quanto no futuro. Essa busca por reconhecimento, pela qual muitos sacrificam sua paz e até mesmo sua saúde, representa uma forma de recompensa intangível baseada no amor próprio e na expectativa de elogios. Mandeville também destaca que, sem a propensão natural do homem à lisonja, os políticos teriam dificuldade em alcançar seus objetivos, ressaltando assim a relevância dos vícios na sociedade, mesmo que operem de forma encoberta na maioria das vezes.

### **Alguns exemplos da adesão massiva aos excessos (vício) no cenário global**

O cenário global contemporâneo está marcado por uma preocupante tendência de adesão aos extremos políticos em várias regiões do mundo. Um exemplo recente desse fenômeno ocorreu em Portugal, durante as eleições parlamentares de março de 2024, com a notável ascensão do partido de extrema direita CHEGA. Na Argentina, em novembro de 2023, testemunhamos uma expressão significativa de adesão aos excessos, com a vitória surpreendente de um candidato ultraliberal.

Esses eventos refletem uma tendência perigosa em direção ao nacionalismo exacerbado e ao extremismo político, semelhante a políticas controversas adotadas por líderes como Trump nos EUA. Além disso, episódios de violência e ruptura democrática têm ocorrido em vários países, como nos ataques ao Capitólio e ao Supremo Tribunal nos EUA, respectivamente em 2021 e 2022, e no Brasil, em janeiro de 2023.

A mistura de papéis, como um governante exercendo o papel de empresário e favorecendo suas empresas, como observado em Angola e em outras partes, contribui para prejudicar a coletividade, desrespeitando o princípio fundamental de que cada indivíduo deve se dedicar a uma função específica para o melhor desempenho das atividades. A fuga ao fisco de empresas de Trump nos EUA também é prejudicial à sociedade e revela o mau uso do poder e dos mecanismos públicos, às custas dos demais. As tensões entre Rússia e Ucrânia destacam os perigos dos excessos motivados pelo orgulho nacional, resultando em instabilidade, destruição e morte prematura de inocentes.

Diante desse quadro, é fundamental priorizar o diálogo, a cooperação e a aplicação da lei para construir uma sociedade global mais estável e justa.

### Notas Conclusivas

Considerando nossa análise sobre a virtude e o vício como fatores concorrentes do interesse público, o que podemos inferir? Embora seja um tema complexo, podemos extrair três notas que podem fornecer sugestões para o benefício do interesse público, a saber:

1. As sociedades têm suas raízes nas necessidades fundamentais e nas circunstâncias individuais de cada pessoa, conforme destacado por Platão e John Rawls. A interdependência na busca por completude reflete a complexidade das relações sociais, mas a busca desenfreada por mais pode gerar conflitos, como observado por Platão e Aristóteles. A justiça, baseada na equidade e no respeito ao bem público, é crucial para a harmonia social, conforme ressaltado por Hume e Aristóteles, guiando nossas visões sobre a organização social e a natureza humana.

2. A sociedade contemporânea é complexa, onde as necessidades materiais frequentemente prevalecem sobre as relações sociais. O altruísmo, apesar de desafiador, é crucial, como destaca MacIntyre. Mandeville e Dumont enfatizam a influência das necessidades materiais e a importância dos padrões éticos na esfera econômica. A educação é vista como fundamental para moldar indivíduos capazes de contribuir para o bem comum, apesar das contradições entre virtude e vício.

3. A relação entre virtude e vício na sociedade contemporânea revela uma complexidade ética, onde valores morais enfrentam demandas sociais e individuais. Enquanto a virtude busca o bem-estar coletivo e individual, o vício está associado a comportamentos prejudiciais, embora sua utilidade paradoxal no progresso social seja reconhecida. A interdependência humana, a transformação do trabalho em arte e a interdependência econômica destacam a complexidade das relações sociais e individuais, enquanto o orgulho e a bajulação surgem como ferramentas poderosas na busca por sucesso e progresso social, mostrando a influência do egoísmo nas interações sociais e políticas. Encontrar um equilíbrio entre valores pessoais e necessidades sociais é um desafio ético crucial na contemporaneidade. Portanto, enquanto o excesso e a falta podem fazer mal, 'a medida é o melhor limite'.

### Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. *Ética a nicômaco*. Tradução de António de Castro Caeiro. 6.<sup>a</sup> Edição. Lisboa: Quetzal Editores, 2018.

ARISTÓTELES. *Política*. Tradução de Mário da Gama Kury. 3.<sup>a</sup> edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

DUMONT, Louis. *Homo aequilis: gênese e plenitude da ideologia econômica*. Tradução José Leonardo Nascimento. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

HAIDT, J. *A mente moralista: por que pessoas boas são segregadas por política e religião*. Tradução Wendy Campos. Rio de Janeiro: Alta Books, 2020.

HUME, D. Hume - *Vida e Obras* in Col. Os Pensadores. Tradução Editora Nova Cultural Ltda. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

- KANT, E. *Sobre a pedagogia*. Tradução João Tiago Proença. Lisboa: Edições 70, 2020.
- KELSEN, H. *O que é a justiça? A justiça, o direito e a política no espelho da ciência*. Tradução Luís Carlos Borges. 3.<sup>a</sup> edição. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- KUIPER, R. *Capital moral: o poder de conexão da sociedade*. Tradução Francis Petra Janssen. Brasília, DF: Editora Monergismo, 2019.
- MACINTYRE, A. *Depois da Virtude: um estudo sobre teoria moral*. Tradução de Pedro Arruda e Pablo Costa. Campinas, SP: Vide Editorial, 2021.
- MANDEVILLE, Bernard. *A Fábula das abelhas: ou vícios privados, benefícios públicos*. Tradução Bruno Costa Simões. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- MONZANI, Luiz Roberto. *O desejo e prazer na idade moderna*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.
- PLATÃO. *A República*. Tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. 11.<sup>a</sup> Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1949.
- RAWLS, J. *Justiça e democracia*. Tradução Irene A. Paternot. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2022.
- RAWLS, J. *O Liberalismo político*. Tradução de João sedas Nunes. Lisboa: Editorial Presença, 1996.
- RAWLS, J. *Uma teoria da justiça*. Tradução de Carlos Pinto Correia. Lisboa: Editorial Presença, 2017.
- SMITH, Adam. *The theory of moral sentiments*. Works: [s.n.], 1963.
- VINER, Jacob. *The role of providence in the social order: na Essay in Intellectual History*. Philadelphia: [s.n.], 1972.

Recebido em: 03/2024  
Aprovado em: 10/2024